



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Fundação Apolônio Salles



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



CURSO

A Importância do Planejamento na Política Pública de Assistência Social

Módulo I

Facilitador(a): MARCOS BARBOSA DO NASCIMENTO



Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





UNIDADE II

Planejamento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Política da Assistência Social e suas variáveis de influência



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O **processo de planejamento** pressupõe um **conjunto de ações e critérios** que subsidiam incidir de uma **maneira organizada e formalizada** sobre determinadas situações, com vistas ao **alcance de metas e objetivos**, sua utilização se torna imprescindível para **atender as mudanças e as novas exigências para a qualidade na gestão** das políticas públicas.

A importância dessa abordagem **está relacionada às demandas sociais complexas e dinâmicas** que exigem um incremento no desempenho profissional e institucional, com novas formas de agir sobre a realidade.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

É uma exigência para a adesão ao SUAS e para o repasse federal, conforme estabelece a NOB e o artigo 30 da LOAS, entretanto, sistematicamente, os órgão de controle tem identificado que **muitos municípios não possuem o Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo CMAS;**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inexistência da cultura de planejamento, provocando a desarticulação entre a definição, a execução, o acompanhamento e monitoramento da política de assistência social.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





NOB SUAS 2012

A nova NOB SUAS privilegia o resgate **do planejamento e o acompanhamento** como **instrumentos fundamentais de gestão** para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOB SUAS 2012

- O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social na perspectiva do SUAS.
- Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

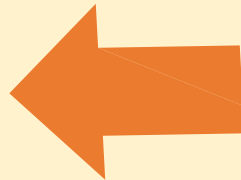


NOB (Norma Operacional Básica):

Governo é responsável por organizar e coordenar o SUAS em seu território



Plano de Assistência Social é a ferramenta para dar diretrizes, priorizar, organizar e operacionalizar a Política de Assistência Social



É instrumento de **gestão** e um mecanismo de **transparência**, além de condição para os **repasses financeiros** dos recursos



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



O Plano de Assistência Social - PAS deve ser elaborado pelo órgão gestor da assistência social



apreciado



discutido



aprovado

Conselho de Assistência Social



NOB - Planos de Assistência Social devem observar:

- I. Deliberações das **conferências** de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II. Metas nacionais e estaduais **pactuadas**, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III. Observar as prioridades do **II Plano Decenal** (2016-2026)
- IV. Ações **articuladas** e **intersectoriais**;
- V. Ações de **apoio técnico e financeiro** à gestão descentralizada do SUAS.



ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

- ❑ PREFEITURA (ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
- ❑ CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
- ❑ REDE SOCIOASSISTENCIAL
- ❑ CÂMARA MUNICIPAL
- ❑ TRABALHADORES DO SUAS
- ❑ USUÁRIOS DO SUAS



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Elementos que constituem o Plano de Assistência





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



**Alcance das
Seguranças
Afianças**

**Acolhida, Renda, Convívio
ou Vivência Familiar,
Comunitária e Social,
Desenvolvimento de
Autonomia, Apoio e Auxílio.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Aqueles que, por quaisquer circunstâncias, estejam em situação de abandono ou ausência de moradia, garantindo a **SEGURANÇA DE ACOLHIDA** em **alojamento e condições de sobrevivência**;

Aqueles que vivem sob risco de isolamento e afirmar e fortalecer relações de sociabilidade, reconhecimento social, troca e vivência, seja na família ou na comunidade garantindo assim **SEGURANÇA DE CONVÍVIO**;



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

- ❖ As famílias pobres ou idosos e pessoas com deficiência, impossibilitados para o trabalho, buscando promover a garantia do acesso a uma renda mínima, benefícios eventuais, para o suprimento de carências ou urgências específicas através da **SEGURANÇA DE RENDA SOBREVIVÊNCIA**;
- ❖ As famílias sem capacidade laborativa, que deve ser alcançadas pela **SEGURANÇA DE AUTONOMIA** para o protagonismo, a participação e o acesso aos direitos.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO



O QUE É DIAGNÓSTICO?

Um diagnóstico é aquilo que pertence ou que se refere à diagnose. Este termo, por sua vez, refere-se à ação e ao efeito de diagnosticar (recolher e analisar dados para avaliar problemas de diversa natureza).



DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

SOCIOTERRITORIAL:

COLETA, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE
DOS DADOS E INFORMAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A
CONSTRUÇÃO DO PAS





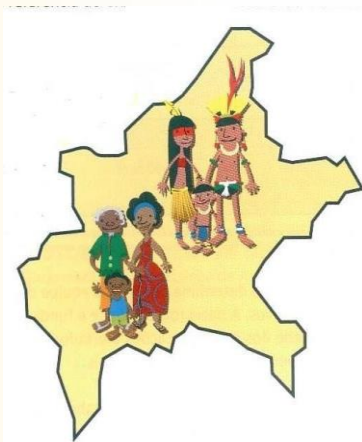
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



- ❖ Realidade construída historicamente;
- ❖ POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUIR A HISTÓRIA GARANTINDO ESPAÇO PARA O PROTAGONISMO.



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



O diagnóstico **tem por base** o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem **identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais** que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.

(BRASIL, 2012, p.11)



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



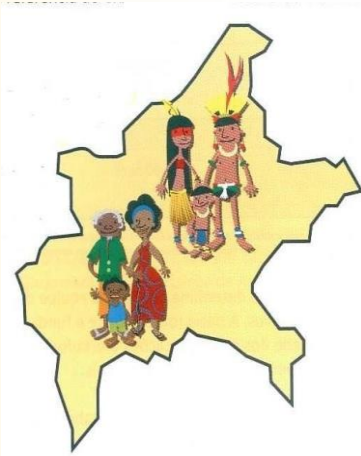
GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



Estudos e diagnósticos **devem caracterizar**, de um lado, **as necessidades e demandas sociais** (expressões da questão social presentes) de um **dado território**, que serão **objetos do planejamento e intervenção** e, de outro, **identificar recursos a serem mobilizados para sua execução**.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

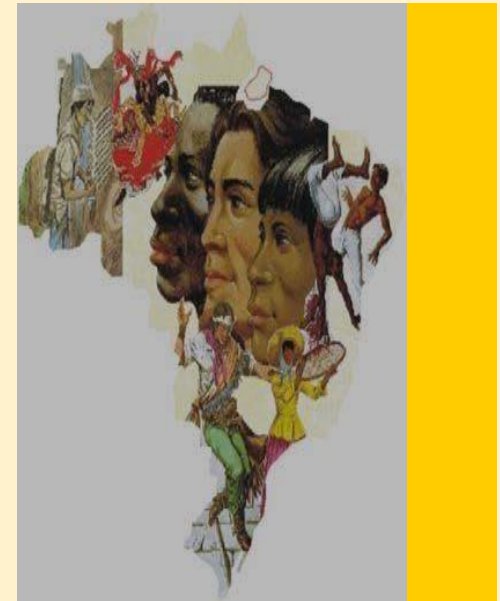
TERRITÓRIO

É espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes!



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O processo de investigação da realidade e das vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios **não assume, assim, apenas o caráter quantitativo – baseado em levantamento de dados numéricos e na construção de indicadores e índices; mas exige o estabelecimento de relações, mediações, sistematizações** que garantam a análise e interpretação desses dados, **reveladores de novos modos de ler a realidade como totalidade !!!**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

A noção de território é, portanto, compreendida como **“espaço habitado”**, fruto da interação entre os homens, ou seja, **síntese de relações sociais (Santos, 1996)**.



O que deve caracterizar um território?

A vida nas suas diferentes expressões delimitadas por:

- ❖ Espaço geográfico;
- ❖ Relações políticas de poder e solidariedade;
- ❖ Traços culturais (valores sociais)
- ❖ Poder Econômico;
- ❖ Estrutura Social;
- ❖ Laços de Pertencimento;
- ❖ Acesso aos direitos fundamentais;
- ❖ Respeito às diferenças.



Por meio do diagnóstico pode

- A. Identificar as demandas sociais;
- B. Verificar se a rede de serviços é adequada para atender as demandas;
- C. Identificar os pontos fortes e fracos da rede assistencial;
- D. Planejar mudanças na rede e/ou na prestação de serviços para atender as demandas sociais.



1ª ETAPA DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Realidade
socioterritorial

Investigação das
situações de risco e
vulnerabilidade
social

Interpretação
e análise das
demandas
sociais



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Diagnóstico Socioterritorial

- ❑ Subsidiar e facilitar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;
- ❑ Monitorar e avaliar os resultados das ações governamentais sobre as condições de vida e bem-estar da população, alimentando o processo decisório com informações qualificadas;
- ❑ Aprofundar a investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.



2ª ETAPA DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL





Nessa etapa, o diagnóstico deve referenciar as:

1) Unidades públicas e privadas da rede referenciada, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social.

Por exemplo:

- Número e localização de CRAS, CREAS;
- Número e localização de entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
- Número e localização de instituições de longa permanência para idosos;
- Serviços, projetos e programas socioassistenciais desenvolvidos no município por organismos governamentais e não governamentais, entre outros.

2) Unidades públicas e privadas de outras políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade de proteção das famílias.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:

- 1) estudos de caso;
- 2) observações participantes;
- 3) investigações documentais;
- 4) entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas;
- 5) histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos;
- 6) grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e
- 7) observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

❖ Segundo a LOAS, a Vigilância Socioassistencial é compreendida como:

“Um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território”.





VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

VAI IDENTIFICAR:

- ❖ Pessoas com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças;
- ❖ Vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal;
- ❖ Vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- ❖ Vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de abrigos, residências para os diversos segmentos etários” (PNAS/04: 39,40).



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL



É fundamental para a elaboração do PAS acessar um conjunto de informações, oficiais e cotidianas, de tal forma a compatibilizar dados que analisados, comparados e interpretados permitam o reconhecimento de problemas, demandas e potencialidades locais.



O QUE É RISCO?



RISCO é a probabilidade ou eminência de um evento acontecer, podendo, portanto, ser prevenido a partir da leitura sobre os contextos. Constitui-se situações de risco:

- Violações de direitos;
- Fragilização ou rompimento de vínculos.



O QUE É VULNERABILIDADE ?



Vulnerabilidade social, destacando sua conexão com as situações de “pobreza, privação/ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, dentre outras).



COMO MENSURAR VULNERABILIDADE E RISCO?

Como são conceitos abstratos, para serem diagnosticados, monitorados e avaliados, risco e vulnerabilidade necessitam ser traduzidos em medidas objetivas e quantificáveis por meio de algum recurso metodológico simples e padronizado. O recurso metodológico mais utilizado são os **INDICADORES**.



FONTES DE DADOS E INDICADORES

“Os Indicadores Sociais são o instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.”





O QUE SÃO INDICADORES?

Os indicadores sociais são medidas usadas para transformar conceitos abstratos, como “fome” ou “miséria”, em algo que possa ser analisado e quantificado.

Transformam aspectos da realidade em números, taxas e razões, seja essa uma realidade dada (situação social) ou realidade construída (decorrente da intervenção governamental), tornando possível sua observação e avaliação.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM (JANNUZZI, 2009).

- ✓ **Indicadores de saúde** (leitos por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- ✓ **Indicadores educacionais** (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- ✓ **Indicadores de mercado de trabalho** (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- ✓ **Indicadores habitacionais** (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)
- ✓ **de segurança pública e justiça** (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- ✓ **Indicadores de infraestrutura urbana** (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- ✓ **Indicadores de renda e desigualdade** (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)



QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

- 1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma**
- 2. Sem banheiro ou sanitário**
- 3. Destino do lixo inadequado conforme legislação**
- 4. Mais de 2 moradores por dormitório**



QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

A NOB/SUAS elenca variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

1. Com pessoas de 0 a 14 anos
2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo

4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:

1. Com filhos menores de 15 anos
2. Ser analfabeta



5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:

- 1. Desocupada (procurando trabalho)**
- 2. Com quatro ou menos anos de estudo**

6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe.

7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude.

8. Família com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo:

- 1. Com pessoa com deficiência**
- 2. Com pessoa de 60 anos ou mais**



FONTES DE DADOS E INDICADORES

Exemplos



O QUE É REDE?

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal [...] uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens (GUARÁ, 1998).



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





REDE SOCIOASSISTENCIAL

Na política de Assistência Social, podemos identificar dois tipos de rede:

1. A rede socioassistencial, constituída pela articulação dos serviços, benefícios, programas e projetos governamentais e não governamentais, que têm uma relação de complementaridade, cooperação e corresponsabilidade, integrando-se numa relação orgânica no âmbito do SUAS. As redes organizam-se para responder às demandas coletivas e individuais a partir das diretrizes pactuadas nacionalmente. Essa rede deve ofertar serviços e benefícios que visam à garantia de acessos aos direitos socioassistenciais.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





REDE SOCIOASSISTENCIAL

2. A rede intersetorial, formada pela articulação entre as diversas políticas sociais que atuam em um determinado território, atendendo, na maioria das vezes, as mesmas famílias. A visão de totalidade no âmbito do território significa o conhecimento e a análise das diferentes situações identificadas e suas conexões com a dinâmica deste espaço, o que permite a construção de fluxos delineando as responsabilidades e competências da política de assistência social e as competências das outras políticas públicas. Esta interlocução intersetorial provoca uma relação dialógica com as diferentes instâncias que atuam no território. O gestor da Assistência Social deve participar ativamente da articulação da rede intersetorial, juntamente com os gestores das outras políticas públicas do município.



REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 marca um importante processo de democratização da sociedade brasileira e também da gestão das políticas sociais, pois ao definir as suas diretrizes, aponta para a necessidade de que a **gestão das políticas públicas seja participativa**.

No caso específico da Assistência Social as diretrizes constam do art. 204:

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:



COMO PROMOVER A PARTICIPAÇÃO?

Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS.

Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

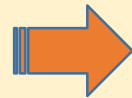
1. A gestão e o conselho municipal marcam esta tarefa na agenda técnico-política da assistência social municipal
2. A gestão convida todos os atores sociais relacionados ao tema e com responsabilidades públicas
3. Realização de um planejamento coletivo sobre como será o desenvolvimento das atividades necessárias, estabelecendo um cronograma para o trabalho
4. Definição dos responsáveis pela coordenação das atividades, importante para dar direção na condução da tarefa
5. Este coletivo tem uma tarefa a realizar, e ao final dos trabalhos precisam ter um produto, que é o PAS.



ESTRUTURA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



A NOB/SUAS 2012 estabelece a seguinte estrutura :



- a) **Dados de identificação do plano;**
- b) **Introdução;**
- c) **Diagnóstico socioterritorial;**
- d) **Objetivos;**
- e) **Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) **Ações estratégicas;**
- g) **Metas;**
- h) **Resultados e impactos esperados;**
- i) **Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) **Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) **Cobertura da rede prestadora de serviços;**
- l) **Indicadores de monitoramento e avaliação;**
- m) **Espaço temporal de execução.**



1. Identificação do Plano: título; vigência; responsáveis pela elaboração; colaboradores; período de elaboração; responsável para contato (nome, telefone, e-mail); entre outros.

2. Dados Municipais: nome do município; porte do município (opções: pequeno porte I, pequeno porte II, médio porte, grande porte, metrópole), nível de gestão do SUAS (opções: inicial, básica, plena), nome do prefeito, período de mandato, endereço da prefeitura (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail.

3. Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: nome do órgão gestor, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do gestor.



4. Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): lei de criação do FMAS, decreto de regulamentação, CNPJ, nome do gestor, fonte de recursos (municipal, estadual, federal).

5. Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS): lei de Criação do CMAS, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do presidente, período de mandato, representação (opções: governamental, não governamental, usuários), número de conselheiros, secretaria executiva.



Introdução

A introdução contempla informações sobre a concepção de planejamento adotada pelo município, demonstrando sua importância na organização da política de assistência social e no atendimento à legislação em vigor.

Pode-se descrever o processo de elaboração e estruturação do plano municipal, assim como a forma como se deu a participação da sociedade civil na elaboração do plano.

Também é possível abordar, neste item, como será o monitoramento e a avaliação das ações e metas planejadas.

(Melhor formular ao final)



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;**
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



d) objetivos

- ❖ Responde a pergunta: para que vou realizar determinada ação/projeto/serviço?
- ❖ Os objetivos expressam as mudanças que se desejam para o futuro.
- ❖ Devem comunicar as intenções dos gestores, construídas a partir do levantamento das necessidades identificadas pelo conjunto dos atores.
- ❖ As intenções decorrem das prioridades definidas no Diagnóstico Socioterritorial.



d) objetivos

Um objetivo é um enunciado escrito sobre resultados a serem alcançados em um dado período.

- ❖ Deve ser relevante, explícito e quantificável.
- ❖ Importante - precisa ser exequível, ou seja, realizável.
- ❖ Importante que sejam claros e permitam que se visualize o resultado desejado.

Construído dessa forma, gestores, profissionais e cidadãos identificam claramente as intenções da política e podem guiar suas ações e demandas a partir desse entendimento.



Exemplo de um objetivo claro e que preenche suas características é o da PNAS (2004):

“Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitarem”.

Esse enunciado oferece os elementos essenciais para a compreensão da mudança a ser planejada:

- ❖ **Objetivo: prover serviços, programas, projetos e benefícios.**
- ❖ **Tipo de serviços ofertados: proteção básica e/ou especial.**
- ❖ **Público-alvo: famílias, indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade sociais.**



Os objetivos podem e devem ser organizados em
OBJETIVO GERAL e OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

Objetivo geral: apresenta de forma abrangente o que se pretende alcançar com o Plano.

- ❖ Serve como objetivo de orientação
- ❖ Evidencia o propósito maior
- ❖ Revela os impactos desejados
- ❖ Situação maior para qual a política contribui
- ❖ Deve ser minimamente alcançável e mensurável

Espelhando-se no objetivo da PNAS, pode-se ter como exemplo de objetivo geral de um Plano Municipal de Assistência Social:

Ex. “Prover serviços, programas e benefícios socioassistenciais para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem no município X, tendo em perspectiva a garantia das seguranças sociais e direitos de cidadania”.



OBJETIVO ESPECÍFICO

desmembra o objetivo geral em detalhes.

- ❖ Especifica os focos prioritários do plano
- ❖ Aquilo que se espera realizar com o plano
- ❖ Reflete a perspectiva de superação de problemas identificados pelo diagnóstico
- ❖ Expressa a nova situação que se pretende alcançar
- ❖ Demonstra o efeito direto junto à população alvo
- ❖ É alcançável através de ações estratégicas, metas e recursos.
- ❖ É mensurável qualitativamente e quantitativamente, através de indicadores.
- ❖ Tem implicação política: são responsabilidades assumidas pelo órgão gestor.

Exemplo:

Problema: *Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*

Objetivo Específico: *Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



e) DIRETRIZES PRIORIDADES DELIBERADAS

- ❖ Uma diretriz é uma orientação geral que organiza as decisões e ações.
- ❖ O Plano de Assistência Social deve ser coerente com as diretrizes que orientam a administração pública, expressas no Plano Diretor, Plano Plurianual e outros.
- ❖ O Plano deve considerar, ainda, as Diretrizes Organizacionais estabelecidas pelo SUAS, expressas no artigo 5º da NOB/SUAS 2012:



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Diretrizes Organizacionais estabelecidas NOB-SUAS

- I. **Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;**
- II. **Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;**
- III. **Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;**
- IV. **Matricialidade sociofamiliar;**
- V. **Territorialização;**
- VI. **Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;**
- VII. **Controle social e participação popular.**



Nesse item do plano, deve-se examinar as diretrizes declaradas pela NOB e debater sobre quais são mais pertinentes para a realidade de seu município.

Exemplos:

- 1. Reconhecimento dos indivíduos usuários da assistência social, como sujeitos históricos e de direitos, inseridos em grupos familiares, comunitários e sociais, tendo em perspectiva a consolidação de sua autonomia e fortalecimento de seu protagonismo.**
- 2. Reconhecimento da causalidade histórica e coletiva das situações de vulnerabilidade e risco aos quais estão expostos famílias e indivíduos residentes em territórios pobres e/ou vulneráveis do município.**
- 3. Orientação pela dimensão territorial, conhecendo a realidade e as situações de cada localidade do município, priorizando o acesso e localização dos serviços, programas e benefícios nos territórios e microterritórios próximos à vida cotidiana dos indivíduos e famílias.**

(Ver outros exemplos na pág. 7 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;**
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



f) AÇÕES ESTRATÉGICAS

- ❖ As ações devem ser elaboradas com vistas a alcançar os objetivos definidos.
- ❖ Na escolha das ações e estratégias os gestores devem observar o artigo 22 da NOB/SUAS 2012 que determina que os planos devem observar as **ações articuladas e intersetoriais**.



- ❖ São ações definidas como prioritárias para alcançar os objetivos específicos
- ❖ Constituem a base operacional do plano, meios pelos quais o plano se realiza.
- ❖ Representam o passo a passo para a produção dos resultados.
- ❖ Têm que ser necessárias e suficientes.
- ❖ Permitem estimar os insumos e recursos necessários

FLUXO DE ELABORAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS





Cada objetivo, desmembrado em temas e subtemas, pode ter uma ou mais ações estratégicas relacionadas. Desse modo, chega-se a definição de ações estratégicas por temas trabalhados: gestão, proteções, programas, serviços e benefícios.

Exemplo:

Objetivo Específico: Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade.

Ação estratégica: Ampliar o numero de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.



g) METAS

As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos, ou seja, uma meta é um objetivo representado pela dimensão quantitativa e de referência temporal e territorial.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;**
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



h) RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

- ❖ Os resultados são as mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários por meio da participação em uma política pública.

Exemplo: o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família é um resultado de estar incluído no Cadastro Único.

- ❖ Os impactos são as contribuições da política de assistência social para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos de uma política pública sobre a sociedade como um todo.

Exemplo: aumento do peso das crianças em decorrência da diversificação da dieta familiar, ocorrida por meio do aumento da renda



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



i) RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS

- ❖ Os recursos materiais dizem respeito a rede socioassistencial e equipamentos disponíveis (numero de CRAS, CREAS, entidades conveniadas, etc.).
- ❖ Os recursos humanos se referem à quantidade e à qualidade dos recursos humanos disponíveis. É necessário o levantamento e mapeamento dos recursos humanos, dos perfis e necessidades de qualificação.
- ❖ Os recursos financeiros disponíveis devem ser especificados, inclusive por fonte financiadora.





Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.





j) MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

No Plano, devem ser definidos com clareza os recursos disponíveis para a execução das atividades, apresentando as fontes de financiamento, sejam do orçamento próprio, das transferências intergovernamentais ou de apoios privados.

Além dos recursos alocados na implementação da política de Assistência Social é importante apresentar na forma de gráficos a evolução do orçamento em relação a períodos anteriores, assim como a comparação entre o que foi orçado e o que foi executado.

Este tópico, na estrutura do PAS, é importante tanto para a gestão como para o controle social, pois é necessário tornar público o que se está planejando, quais são os significados da alocação de recursos próprios do município para a política de assistência social.



INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS FUNDOS

Apesar de não haver estrutura única recomendável, certas funcionalidades são aplicáveis a todos os casos:

ASPECTOS LEGAIS

- ✓ Lei de criação do fundo;
- ✓ Decreto de regulamentação do fundo;
- ✓ Inscrever o FAS no CNPJ.
- ✓ Definir o gestor ordenador de despesas e o gestor financeiro

ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS

- ✓ Subordinar o fundo à Secretaria de Assistência Social;
- ✓ Definir equipe do FMAS.

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

- ✓ Constituir Unidade Orçamentária;
- ✓ Instituir Unidade Gestora;
- ✓ Realizar planejamento orçamentário e financeiro;
- ✓ Realizar programação financeira e fluxo de caixa;
- ✓ Realizar execução orçamentária e financeira e contábil;
- ✓ Realizar monitoramento, avaliação e controle;
- ✓ Prestar Contas ao Conselho em relatórios de fácil compreensão;
- ✓ Prestar contas ao Ministério ligado à Política de Assistência Social por meio do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro do SUAS.





Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;**
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



k) COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

- ❖ **A malha de serviços deve ser analisada quanto à localização, natureza da atenção oferecida, cobertura e quadro profissional disponibilizado. Com essas informações, podem ser identificados os vazios de atenção.**
- ❖ **Além de informações sobre os serviços e programas da assistência social, é necessário conhecer a rede assistencial das demais políticas públicas existentes no território.**
- ❖ **O Plano deve prever estratégias de integração do conjunto de serviços socioassistenciais do território.**

A intersectorialidade, ou seja, a atuação conjunta, de forma articulada e integrada das políticas sociais, visa dar conta dos direitos sociais, das seguranças e das proteções sociais.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
 - b) Introdução;
 - c) Diagnóstico socioterritorial;
 - d) Objetivos;
 - e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
- Ações estratégicas;
- g) Metas;
 - h) Resultados e impactos esperados;
 - i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
 - j) Mecanismos e fontes de financiamento;
 - k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
 - l) Indicadores de monitoramento e avaliação;**
 - m) Espaço temporal de execução.





I) INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- ❖ A NOB/SUAS 2012 dedica a Seção III do Capítulo VIII para estabelecer as diretrizes para o monitoramento do SUAS e define o monitoramento como o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- ❖ A atividade de **monitoramento** está conectada com os **objetivos e metas definidos** o monitoramento deve ser realizado por meio da produção regular de indicadores e da coleta de informações.



- ❖ Indicadores são parâmetros previamente definidos para monitorar e avaliar os avanços, resultados e impactos da política.
- ❖ Podem ser definidos como uma situação ou uma característica que serve como um sinal comprobatório de que os objetivos, resultados e metas foram alcançado.
- ❖ O monitoramento sistemático dos indicadores indica aos gestores que são necessárias medidas corretivas quando o plano não estiver alcançado seus objetivos. Constitui base para o acompanhamento e a avaliação do que foi planejado.
- ❖ Para sua devida aferição, devem ser acompanhados dos meios e periodicidade de verificação.
- ❖ A função do indicador no conjunto do plano é a caracterização mais precisa dos resultados, estabelece o que e quanto se quer alcançar.



Dica!!!
Para elaborar indicadores resonda as seguintes perguntas:

- 1. O que indicará que a ação planejada foi alcançada?**
- 2. De quanto em quanto tempo será verificado?**
- 3. Onde estará esta informação comprobatória?**



Quem monitora e avalia?

- ❖ O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas equipes que atuam na gestão e execução da política.
- ❖ A Vigilância Socioassistencial tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.
- ❖ Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao controle social outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.
- ❖ Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.**



Este item deve ser definido levando em consideração o artigo 19 da NOB/SUAS 2012 que determina que os entres federados deverão elaborar seus planos de assistência social a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (PPA).

**m) ESPAÇO
TEMPORAL DE
EXECUÇÃO**

2018-2021

Sugere-se prever momentos de atualização do PAS que coincidam com o mesmo período de atualização do PPA.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



DÚVIDAS

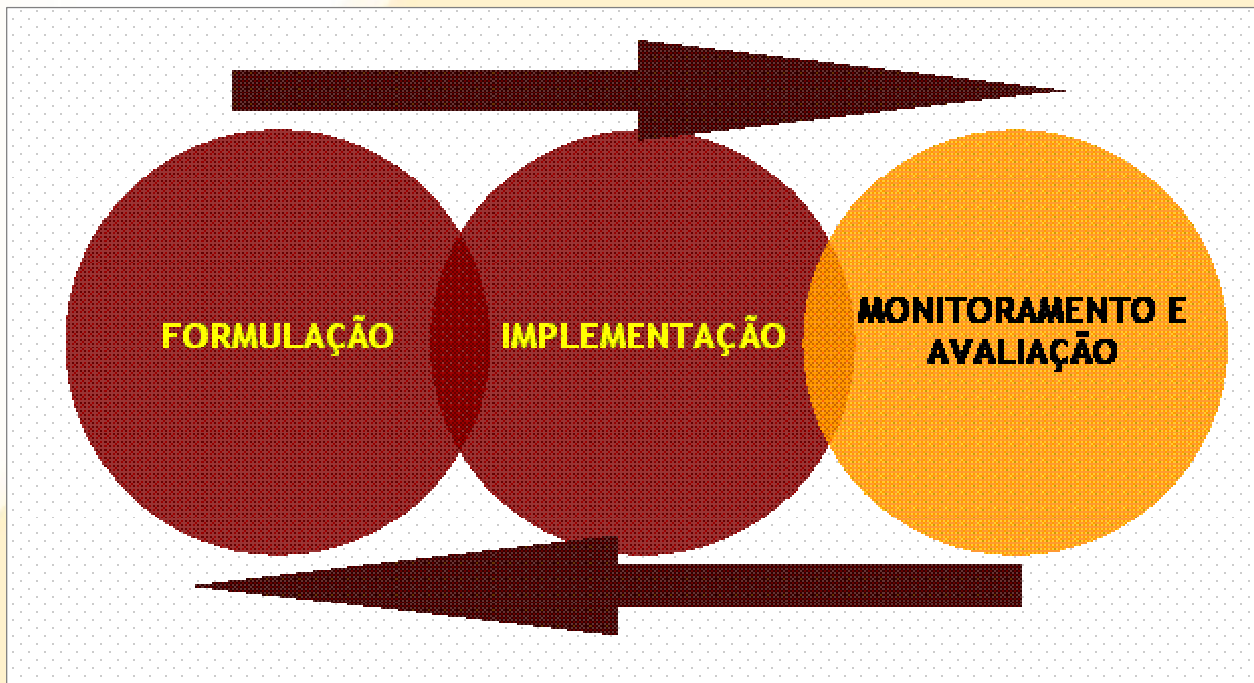


UNIDADE II

Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social



CICLO BÁSICO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS





O ciclo monitoramento-avaliação é concebido enquanto **processo orientado e sistemático de coleta e verificação de informações**

É ferramenta essencial de gestão das políticas públicas na medida em que **permite a identificação de desvios, problemáticas e avanços e sobretudo, norteiam a determinação de metas e padrões de desempenho e êxito.**

Para o SUAS, aponta para dois aspectos fundamentais : **“modernização da gestão” e “ampliação do impacto”.**

Mensurar o **alcance das ações da assistência social e o padrão de inclusão social obtido através de seu desenvolvimento - com vistas a ampliação de sua capacidade de gerar impacto e ao aperfeiçoamento político-administrativo – assim como a competência pela gestão da informação, são claramente expostos pela PNAS enquanto **responsabilidade dos órgãos gestores da assistência.****



Monitoramento

- Coleta sistemática, registro ordenado e gestão de informações
- Acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
- Observação do cumprimento dos objetivos e metas
- Produção de informações para subsidiar a tomada de decisões cotidianas
- Identificação precoce de eventuais problemas

Avaliação

- Análise de dados sistematicamente coletados e ordenadamente registrados
- Orientado para a verificação de indicadores
- Conclusões / Constatações
- Quantitativa / Qualitativa



QUEM MONITORA E AVALIA?

O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas **equipes que atuam na gestão e execução da política.**

A **Vigilância Socioassistencial** tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.

Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao **controle social** outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.

Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





ALGUNS ASPECTOS DA COLETA DE INFORMAÇÕES

- O valor de uso da informação
- A importância da participação da população nesse processo.
- A inserção dos trabalhadores nos territórios, seja para a realização de visitas domiciliares, participação em reuniões e eventos, desencadeamento de processos de mobilização social, entre outros.
- Demanda por trabalhadores com perfil e qualificação para o trabalho com famílias, para o uso de diferentes instrumentais e técnicas metodológicas para a coleta de dados quantitativos e qualitativos junto às famílias.
- As equipes assumem a responsabilidade pela produção, sistematização e gestão das informações produzidas.





- **Contribuição essencial das famílias, que não devem ser percebidas como meras fornecedoras de dados sobre sua realidade e seu território, mas como sujeitos com poder decisório, criadores de identidades e potencialidades.**
- **Quanto maior o envolvimento das famílias, maior será também a qualidade e a consistência dos dados coletados.**
- **É um momento de troca de conhecimentos, de amadurecimento político-pedagógico e de reflexão mútua entre os trabalhadores e a população atendida. A partir dessa troca, podem surgir respostas coletivas às demandas do território, desencadeando processos educativos, de prevenção e enfrentamento coletivo de situações de risco.**
- **O resultado do estudo de adequação entre oferta e demanda de serviços socioassistenciais comporá o Plano Municipal de Assistência Social. É no Plano que são apontadas as ações necessárias para atender as demandas socioassistenciais identificadas no território.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



PROCESSOS QUE COMPÕEM A VIGILÂNCIA SOCIAL

Elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade e riscos sociais

Mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviços

Identificação da demanda e oferta

Planejamento das ações

Monitoramento

Avaliação



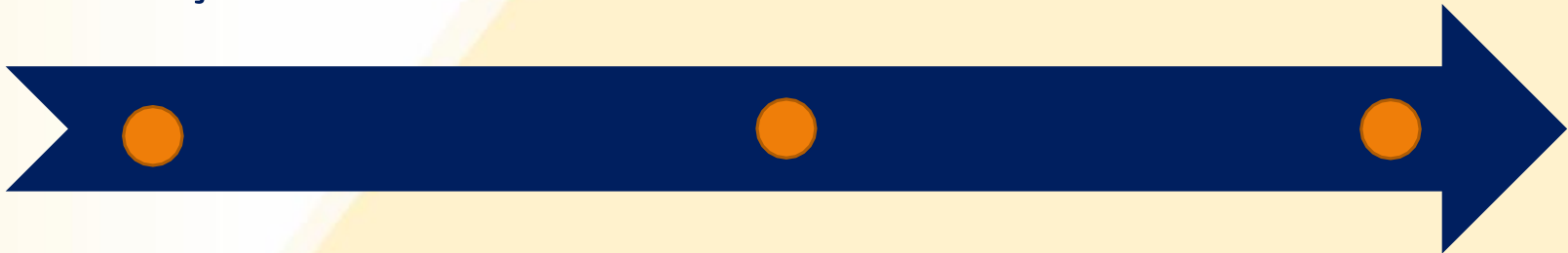
PARA QUE e PARA QUEM a Vigilância Socioassistencial é importante?

- Para os conselhos municipais de Assistência Social: as informações levantadas na Vigilância Socioassistencial embasam a tomada de decisões e a alocação dos recursos.
- Para os usuários: as informações apuradas permitem ofertar aos usuários exatamente os programas de que eles mais necessitam.
- Para as equipes técnicas: os dados colhidos são utilizados no monitoramento para adequar os serviços socioassistenciais e a própria atuação.
- Para o órgão gestor: os dados do monitoramento são utilizados na elaboração dos planos de assistência social, na efetivação da política pública de assistência social com a otimização de recursos.



MONITORAMENTO
E
AVALIAÇÃO

EMPODERAMENTO



INFORMAÇÃO QUALIFICADA
CONHECIMENTO
APRENDIZAGEM
LIÇÕES APRENDIDAS



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação de um sistema de monitoramento, avaliação e informação é essencial para gestão efetiva da Política de Assistência social no município.



MONITORAMENTO

O QUE É MONITORAMENTO?



NOB /SUAS: É o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





MONITORAMENTO

É importante planejar cuidadosamente o monitoramento, considerando:

- Metas e objetivos definidos no PMAS;
- Instrumentais para registro sobre o acompanhamento contemplando as questões de áreas específicas;
- Processo de consolidação dos dados/ Produção de informação;
- Metodologia para devolutiva junto as equipes.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



MONITORAMENTO

FUNÇÕES DE MONITORAMENTO:

- **Contribuir para a eficiência das políticas e dos programas:** *O monitoramento pode retroalimentar a gestão e subsidiar a melhoria da implementação, otimizando a utilização dos recursos e a redução dos custos;*
- **Guiar, revisar e ajustar o desenvolvimento do programa política (serviços, benefícios, programas e projetos):** *O monitoramento é um instrumento de gestão e aprendizagem indispensável para subsidiar a reflexão e os ajustes da estratégia da política e do programa.*



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



MONITORAMENTO

FUNÇÕES DE MONITORAMENTO:

- *Possibilitar a transparência na informação e fortalecer a comunicação:* O monitoramento pode ter a função de manter diferentes atores – integrantes, parceiros e o público em geral interessado – informados sobre o andamento das ações e as situações relativas à política. Pode esclarecer sobre os sucessos, mas também sobre os problemas muitas vezes enfrentados na implementação.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





LEMBRANDO...

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DEFINIÇÃO DE AGENDA

DEFINIÇÃO DAS ALTERNATIVAS

TOMADA DE DECISÃO

IMPLEMENTAÇÃO

AVALIAÇÃO

MONITORAMENTO



MONITORAMENTO X CONTROLE SOCIAL

**MONITORAMENTO
DO PLANO DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

FUNÇÃO

**GESTÃO
CONTROLE
SOCIAL**

Normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados pela rede socioassistencial, que inclui os equipamentos públicos e as entidades de assistência social.



MONITORAMENTO X CONTROLE SOCIAL

CMAS

**ELABORAÇÃO DE
DIAGNÓSTICO;
DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E
METAS;
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA;
MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO DE INSUMO

Responde a questões sobre disponibilidade e qualidade de recursos, do tipo:

- A unidade possui os recursos humanos necessários para executar o programa?
- O serviço dispõe dos materiais e equipamentos necessários para desempenhar as atividades?
- Os recursos financeiros estão disponíveis?





INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO
DE INSUMO

São indicadores de insumo:

- Número de equipamento de assistência social em dado território;
- Quantidade de recursos humanos;
- Recursos financeiros próprios;
- Recursos financeiros de transferências.



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO
DE ATIVIDADES

Responde a questões sobre o Desenvolvimento das variadas tarefas e processos.

São indicadores de atividade:

- nº de atendimentos realizados no mês;
- nº de visitas domiciliares realizadas no mês;
- quantidade de famílias cadastradas;
- quantidade de famílias acompanhadas nas condicionalidades;
- quantidade de adolescentes acompanhados para o convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- quantidade de entidades participando de ações de Articulação Intersectorial.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Faz o acompanhamento dos produtos esperados como consequência das atividades do programa, tais como:

- quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza;
- **quantidade de famílias no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);**
- quantidade de adolescentes em convívio ou vivência familiar, comunitária e social.





MONITORAMENTO
DE PRODUTOS

INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

São indicadores de produto:

- aumento da frequência escolar das crianças acompanhadas nas condicionalidades de educação;
- aumento de famílias inseridas no Programa Bolsa Família;
- aumento de adolescentes em convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- aumento de famílias no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



AValiação:

- ✓ Atividade que pode ser realizada antes ou depois de uma intervenção;
- ✓ Se destina à análise de um processo quanto a sua efetividade, eficiência e eficácia;
- ✓ Mensura o alcance da intervenção;
- ✓ Faz a ponderação entre resultados esperados e resultados alcançados;
- ✓ Subsidiaria e deflagra um novo processo de planejamento.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Observe que a **avaliação necessita das informações provenientes do monitoramento** para realizar o julgamento que lhe cabe a respeito da eficiência, eficácia, e efetividade dos programas. Veja que as atividades são, portanto, complementares. Porém a **avaliação vai além, pois verifica se o plano originalmente traçado está, de fato, produzindo as transformações pretendidas.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



**Secretaria de Desenvolvimento
Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência
Social
Gerência de Projetos e Capacitação**

www.sigas.pe.gov.br

E-mail:

capacitasuas.pe@sedscj.pe.gov.br

Telefone: 81 3183 0715

**Fundação Apolônio Sales
Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE**

capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br

GRATO A TODOS E TODAS!

**marcosnascimento@gmail.com
[@marcosnascimento](https://www.instagram.com/marcosnascimento)**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL